

# DECOMTEC

## Área de Competitividade

### Avaliação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)

Equipe Técnica  
Junho de 2011



**Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP**

**PRESIDENTE**

Paulo Skaf

**Departamento de Competitividade e Tecnologia – DECOMTEC**

**DIRETOR TITULAR**

José Ricardo Roriz Coelho

**DIRETOR TITULAR ADJUNTO**

Pierangelo Rossetti

**DIRETORES:**

Airton Caetano  
Almir Daier Abdalla  
André Luis Romi  
Carlos William de Macedo Ferreira  
Cássio Jordão Motta Vecchiatti  
Christina Veronika Stein  
Cláudio Grineberg  
Cláudio José de Góes  
Cláudio Sidnei Moura  
Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)  
Denis Perez Martins  
Dimas de Melo Pimenta III  
Donizete Duarte da Silva  
Eduardo Berkovitz Ferreira  
Eduardo Camillo Pachikoski  
Elias Miguel Haddad  
Eustáquio de Freitas Guimarães  
Fernando Bueno  
Francisco Florindo Sanz Esteban  
Francisco Xavier Lopes Zapata  
Jayme Marques Filho  
João Luiz Fedricci  
Jorge Eduardo Suplicy Funaro  
Lino Goss Neto  
Luiz Carlos Tripodo  
Manoel Canosa Miguez  
Marcelo Gebara Stephano (Representante do CJE)  
Marcelo José Medela  
Mario William Esper  
Nelson Luis de Carvalho Freire  
Newton Cyrano Scartezini  
Octaviano Raymundo Carmargo Silva  
Olívio Manuel de Souza Ávila  
Rafael Cervone Netto  
Robert William Velásquez Salvador (Representante do CJE)  
Roberto Musto  
Ronaldo da Rocha  
Stefano de Angelis  
Walter Bartels

## **EQUIPE TÉCNICA – Departamento de Competitividade e Tecnologia**

### **GERENTE**

Renato Corona Fernandes

### **EQUIPE TÉCNICA**

Adriano Giacomini Moraes

Albino Fernando Colantuono

André Kalup Vasconcelos

Célia Regina Murad

Daniela Carla Decaro Schettini

Egídio Zardo Junior

Fernando Momesso Pelai

Guilherme Riccioppo Magacho

José Leandro de Resende Fernandes

Juliana de Souza

Paulo Sergio Pereira da Rocha

Pedro Guerra Duval Kobler Corrêa

Roberta Cristina Possamai

Silas Lozano Paz

### **ESTAGIÁRIOS**

Gabriel Di Napoli Pastore

Mazda Zarif

### **APOIO**

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores

Maurício Oliveira Medeiros

## Sumário

1. Política Industrial, Macroeconomia e Desindustrialização .....	1
1.1. A necessidade de Política Industrial no Brasil .....	4
2. Avaliação da Política de Desenvolvimento Produtivo .....	7
2.1. Ampliação do Investimento Fixo⇒NÃO ATINGIDA.....	8
2.2. Elevação dos Gastos Privados em P&D⇒NÃO ATINGIDA.....	11
2.3. Ampliação das Exportações⇒NÃO ATINGIDA .....	15
2.4. Dinamização das MPEs⇒NÃO ATINGIDA.....	17
2.5. Impactos Setoriais.....	18
3. Considerações acerca da PDP .....	22
4. Propostas de Políticas .....	24
4.1. Ambiente sistêmico .....	24
4.1.1. Dívida pública e juros .....	24
4.1.2. Oferta e custo do crédito.....	25
4.1.3. Câmbio.....	25
4.1.4. Sistema Tributário .....	26
4.2. Política industrial .....	28
4.2.1. Aprimoramento institucional .....	28
4.2.2. Ampliação do Investimento Fixo .....	28
4.2.3. Desoneração da folha de pagamentos na indústria de transformação e na agroindústria .....	29
4.2.4. Incremento dos Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação .....	30

## **Avaliação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)**

### **1. Política Industrial, Macroeconomia e Desindustrialização**

Durante muitos anos, as políticas do Governo brasileiro tiveram como prioridade a estabilidade macroeconômica, vista como condição necessária e suficiente para a retomada do crescimento. Por outro lado, as Políticas Industriais eram criticadas, com base no argumento de que privilegiariam determinados setores de atividade.

Lançada em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) retomou a capacidade de formulação de Política Industrial no Brasil, com metas e instrumentos que pretendiam estimular o investimento, a exportação e a inovação. Essa política buscava prolongar o ciclo de expansão econômica então vigente, entretanto, três anos após seu lançamento, seus instrumentos não foram capazes de frear o processo de desindustrialização em curso, nem tampouco garantir efetiva competitividade à indústria nacional.

Os instrumentos da PDP foram pouco ousados, se valendo apenas de desonerações pontuais e disponibilização de certas linhas de crédito mais caras e de mais difícil acesso do que as oferecidas nos outros países. Dentre as políticas importantes para fomentar o desenvolvimento industrial do País, faltou à PDP utilizar o poder de compra governamental no sentido de estimular inovações, articular a política de comércio exterior com a política tecnológica, além de desenvolver mecanismos de defesa comercial. Além disso, o ambiente macroeconômico adverso minimizou a eficácia dos instrumentos adotados, atuando como força contrária às ações de uma política industrial modesta.

A política macroeconômica não pode ser antagônica à estratégia de desenvolvimento industrial. Por exemplo, as políticas de incentivo ao investimento e ao aumento das exportações foram comprometidas quando contrapostas pelo aumento da taxa Selic, à valorização cambial e à elevação da carga tributária.

O mesmo problema se aplica a outros aspectos do ambiente sistêmico, com destaque para infraestrutura, que é deficiente e muito cara, especialmente nas áreas de

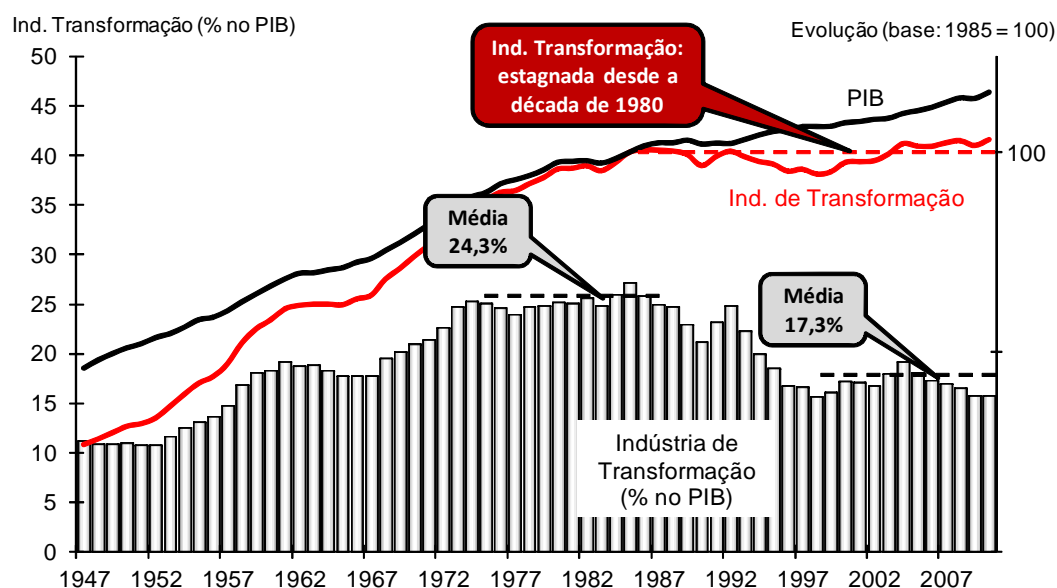
logística e energia, bem como os elevados encargos sociais sobre a folha de pagamentos, entre outros.

Ressalte-se que a relação carga tributária/PIB da indústria de transformação é a maior entre os setores da economia: 59,8% (a carga no setor é 2,2 vezes maior que a média dos setores), de modo que 40,3% do preço dos bens industriais correspondem a tributos.

A despeito da carga tributária e encargos trabalhistas elevados, a oferta de serviços públicos e a seguridade social ainda são deficientes, de forma que as empresas têm que adquirir no mercado serviços como assistência médica e previdência privada, serviços de vigilância patrimonial, entre outros. Por fim, a complexidade tributária implica em despesas com pessoal das próprias empresas e/ou com serviços especializados de terceiros, de forma a assegurar o pagamento das obrigações fiscais.

Nesse contexto, em que a política macroeconômica e o ambiente sistêmico em geral mostraram-se contrários aos princípios da Política Industrial, o processo de perda de participação da indústria brasileira no PIB foi aprofundado, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1. Evolução da Indústria de Transformação e do PIB (1947-2010)**



Fonte: SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

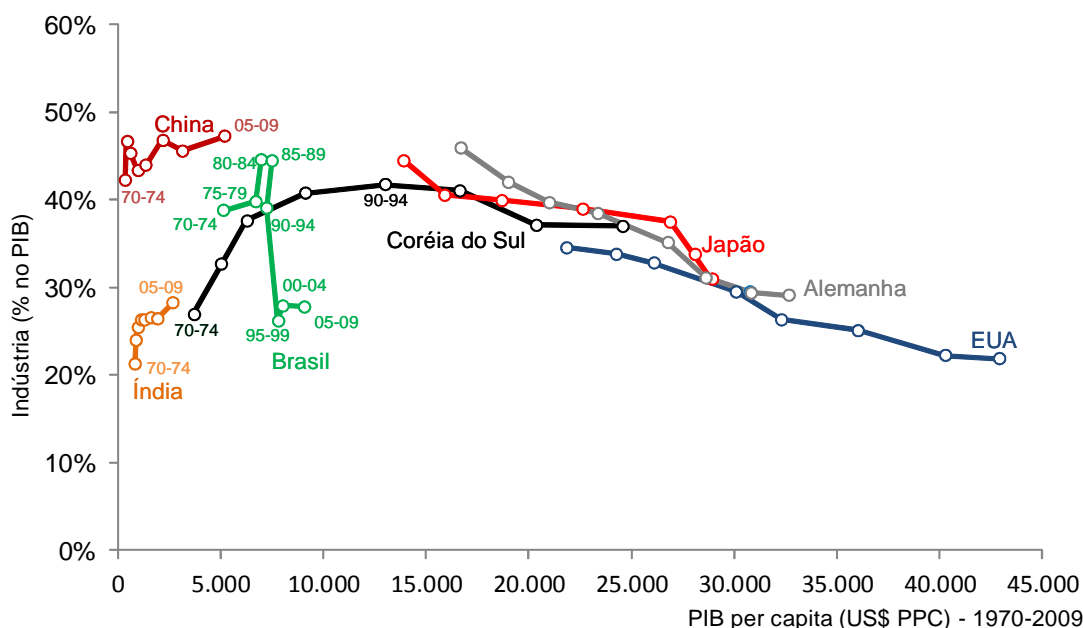
Considerando o elevado efeito de encadeamento da indústria de transformação sobre a atividade dos demais setores, esse processo implicou em menor dinamismo, não apenas no setor industrial, como em toda a economia.

Se entre 1995 e 2010 a indústria de transformação tivesse crescido 5,0% a.a., ao invés dos 1,6% verificados, o PIB teria crescido anualmente 5,7%, e não 3,1%. Assim, se a indústria tivesse mantido o crescimento anual a 5,0%, teria dado dinamismo ao PIB, que dobraria a cada 12 anos. Porém, com 1,6% de crescimento industrial, o PIB brasileiro levará 23 anos para dobrar de tamanho.

A perda da participação do setor industrial no PIB para o segmento de serviços é inexorável no processo de desenvolvimento dos países, já que à medida que as economias vão crescendo, os ganhos de escala da indústria reduzem os preços dos produtos do setor em termos relativos aos preços dos bens e serviços produzidos pelos demais setores. Dessa forma, a participação da indústria no PIB passa a decrescer. Ocorre que esse processo tem repercussões bastante distintas dependendo do estágio de desenvolvimento econômico dos países.

As economias em estágios iniciais e intermediários de desenvolvimento, como nos casos de China, Índia e Coreia do Sul – esta até a década de 1990 –, só cresceram na medida em que suas indústrias foram capazes de impulsioná-las. De acordo com a experiência internacional, as economias somente conseguiram crescer se desindustrializando quando possuíam nível relativamente elevado de renda per capita, em geral superior à US\$ 20 mil (em PPC), ou seja, quando já se encontravam em estágio mais avançado de desenvolvimento, conforme exposto no Gráfico 2.

**Gráfico 2. Participação da Indústria no PIB vs. crescimento da renda**



Fonte: Banco Mundial; Elaboração: DECOMTEC/FIESP

O Brasil, todavia, passou a se desindustrializar com renda per capita próxima a US\$ 10 mil (em PPC), ou seja, ainda em estágio intermediário de desenvolvimento. O resultado desse processo foi a estagnação econômica: a renda *per capita* pouco evoluiu nas últimas duas décadas. Logo, a desindustrialização brasileira pode ser considerada precoce.

### 1.1. A necessidade de Política Industrial no Brasil

Em face às condições econômicas destacadas acima, é imprescindível uma Política Industrial abrangente e arrojada, com horizonte de longo prazo, ou seja, que seja uma política de Estado e não de uma gestão. A Política Industrial deve contar com instrumentos que possam ser facilmente operacionalizados, de forma a assegurar que as metas sejam cumpridas.

Como destacado, para ser bem sucedida, tal política deve necessariamente estar inserida num contexto de políticas macroeconômicas que propiciem condições isonômicas à produção local em relação a outras economias.

Não utilizar uma Política Industrial realmente eficaz – enquanto os principais países concorrentes adotam-nas, representará uma estratégia de custo muito alto para o Brasil. No curto e médio prazo, resultará em agravamento do processo de



desarticulação de cadeias produtivas já em curso, e, conseqüentemente, perda de dinamismo na economia como um todo. Em função disso, a falta de uma Política Industrial de sucesso equivalerá a abdicar de parte expressiva do potencial de desenvolvimento econômico e social do país.

As propostas de política que atendem aos princípios expostos são discutidas com maior detalhamento na Seção 4. A seguir são destacados os principais itens:

**a) Redução da dívida pública e da taxa de juros**

- Mudança no perfil da dívida;
- Utilização de instrumentos alternativos de política monetária;
- Modificações no Conselho Monetário Nacional e na sistemática de “expectativas” do mercado;
- Desindexação de preços nos setores administrados;
- Esforço fiscal.

**b) Ampliação da oferta e redução do custo do crédito**

- Mudanças na regulação dos recolhimentos compulsórios e reformas microeconômicas no mercado de crédito;
- Tratamento tributário mais favorável para aplicações de longo prazo;
- Ampliação do papel do BNDES no mercado de capitais.

**c) Desvalorização da taxa de câmbio**

- Introdução de medidas regulatórias em conjunto com política fiscal e monetária.

**d) Mudanças no sistema tributário**

- Simplificação, com eliminação de distorções como cumulatividades e multiplicidade de tributos incidentes sobre a mesma base;
- Maior justiça fiscal, com destaque para aumento no prazo de pagamento de tributos federais;

- Isonomia competitiva, especialmente por meio da redução de alíquotas interestaduais de ICMS para 4%, e eliminação dos incentivos tributários dos Estados às importações.

**e) Desoneração da folha de pagamentos na indústria de transformação e na agroindústria**

**f) Ampliação do Investimento Fixo**

- Redução do custo e facilitação do acesso ao crédito para investimentos;
- Desoneração do investimento;
- Desoneração total da produção nacional de máquinas e equipamentos (Drawback Investimento);
- Isenções tributárias e depreciação integral de máquinas e equipamentos no próprio ano na aquisição.

**g) Incremento dos investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**

- Desonerações tributárias, subvenções, regulação, aumento do financiamento e redução dos seus custos.

**h) Construção de setores competitivos**

- Readensamento de cadeias industriais, utilizando conceito de conteúdo nacional como diretriz de política industrial, definição e aplicação do conceito de conteúdo nacional tecnológico, e utilização de matérias primas locais para a agregação de valor no país;
- Utilização dos mecanismos de compras públicas.

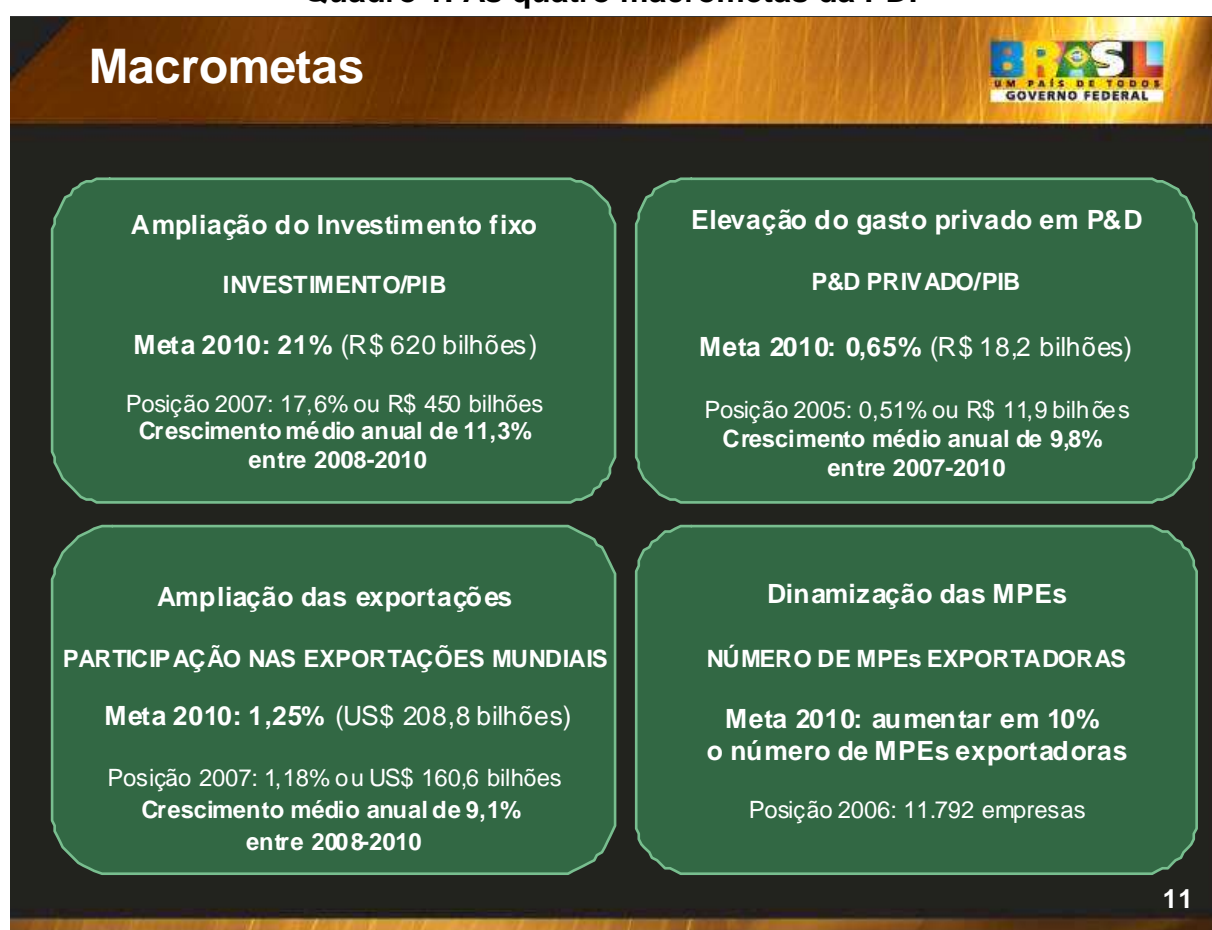
**i) Redução de tarifas de energia elétrica**

- Aproveitamento da oportunidade representada pelo vencimento das concessões do setor para redução das tarifas e renegociação de indexadores;
- Redução de tributos e encargos incidentes nas tarifas.

## 2. Avaliação da Política de Desenvolvimento Produtivo

A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) se baseou em quatro desafios: i) ampliar a capacidade de oferta da economia; ii) preservar a robustez do Balanço de Pagamentos; iii) elevar a capacidade de inovação; e iv) fortalecer as micro e pequenas empresas (MPEs). Esses desafios se articulavam em quatro macrometas que deveriam ser atingidas até 2010, conforme detalha o Quadro 1.

**Quadro 1. As quatro macrometas da PDP**



Fonte: MDIC.

A deflagração da crise econômica internacional, em setembro de 2008, representou uma ameaça concreta à continuidade do processo de crescimento econômico brasileiro. Todavia, um conjunto de ações (principalmente de estímulos fiscais e creditícios ao investimento) foi adotado pelo Ministério da Fazenda, pelo BNDES e por

outras instituições do Governo para reduzir os impactos do cenário macroeconômico adverso.

Respondendo a essas medidas, bem como outros fatores, a economia brasileira superou com relativa rapidez a fase mais aguda da crise econômica. No entanto, a retomada do crescimento econômico brasileiro não foi suficiente para que os desafios estipulados pela PDP fossem superados. Nenhuma das quatro macrometas<sup>1</sup> estabelecidas na PDP foi atingida, tendo em conta o prazo fixado (2010):

## 2.1. Ampliação do Investimento Fixo⇒**NÃO ATINGIDA**

Para se atingir a meta de investimento fixo da economia (21% do PIB até 2010), seria necessário que este crescesse anualmente a uma taxa de 11,6%. Com a crise, o investimento, que é uma variável bastante volátil às expectativas, foi prejudicado. De fato, em 2009, o nível de investimento fixo no Brasil atingiu apenas 16,7% do PIB.

Apesar das medidas adotadas para incentivar o crescimento econômico<sup>2</sup> após a deflagração da crise internacional, em 2010 a taxa de investimento fixo não se recuperou totalmente, tendo atingido 18,4% do PIB, isto é, aquém da meta, conforme se pode verificar na Tabela 1:

**Tabela 1. Meta de investimento fixo (FBCF) da PDP**

	2007	2008	2009	2010
	Realizado	Meta da PDP (em maio de 2008)		
FBKF/PIB (%)	17,4	18,7	19,8	21,0
Variação FBKF (% a. a.)	13,9	11,6	11,6	11,1
Variação PIB (% a. a.)	6,09	5,00	5,00	5,00
	Realizado			
FBKF/PIB (%)		19,1	16,9	18,4
Variação FBKF (% a. a.)		13,6	-10,3	21,8
Variação PIB (% a. a.)		5,16	-0,64	7,49

Fonte: Avaliação da PDP - Decomtec/FIESP; SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

<sup>1</sup> A PDP tinha como premissa um crescimento do PIB de 5,0% a.a. em média. Estima-se que a mesma seja, no máximo, da ordem de 4,1% a.a. no período 2008 a 2010.

<sup>2</sup> Citam-se como medidas a redução do IPI para setores estratégicos, e a adoção do Programa de Sustentação ao Investimento (PSI), que forneceu financiamentos por meio do BNDES a taxas de juros semelhantes às internacionais.

Os principais incentivos ao investimento fornecidos pela PDP foram a depreciação acelerada para os setores de bens de capital e automotivo, a redução do prazo para utilização dos créditos de PIS/COFINS dos investimentos de 24 para 12 meses e a eliminação da incidência de IOF nas operações de crédito do BNDES e FINEP. No total, esperava-se uma renúncia de R\$ 14,0 bilhões com essas medidas.

Com exceção da eliminação do IOF, que pretendia desonerar R\$ 1,0 bilhão do investimento, estes mecanismos não foram tão eficazes quanto se esperava.

O mecanismo de depreciação acelerada, que pretendia desonerar R\$ 7,0 bilhões do investimento, foi bastante prejudicado pelo ambiente macroeconômico adverso. Inicialmente com a crise, e depois com a apreciação cambial, as margens das empresas industriais se reduziram bastante (Tabela 2). Como, por um lado, é necessário que as empresas tenham lucro para poder se utilizar desse benefício, a redução dos lucros, e, em alguns casos, o registro de prejuízos, impossibilitou sua utilização. Por outro lado, o aumento da penetração dos importados no mercado nacional, aliado às dificuldades para se exportar, desestimularam novos investimentos, minimizando a efetividade desse mecanismo.

**Tabela 2. Lucros antes de impostos, depreciação e amortização na indústria – setores selecionados.**

R\$ bilhões (IPCA: 2010)

Atividades	2007	2008	2009	Δ% 2007/09
Máquinas e Equipamentos	6,0	4,6	1,4	– 70%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	15,6	16,1	11,0	– 32%

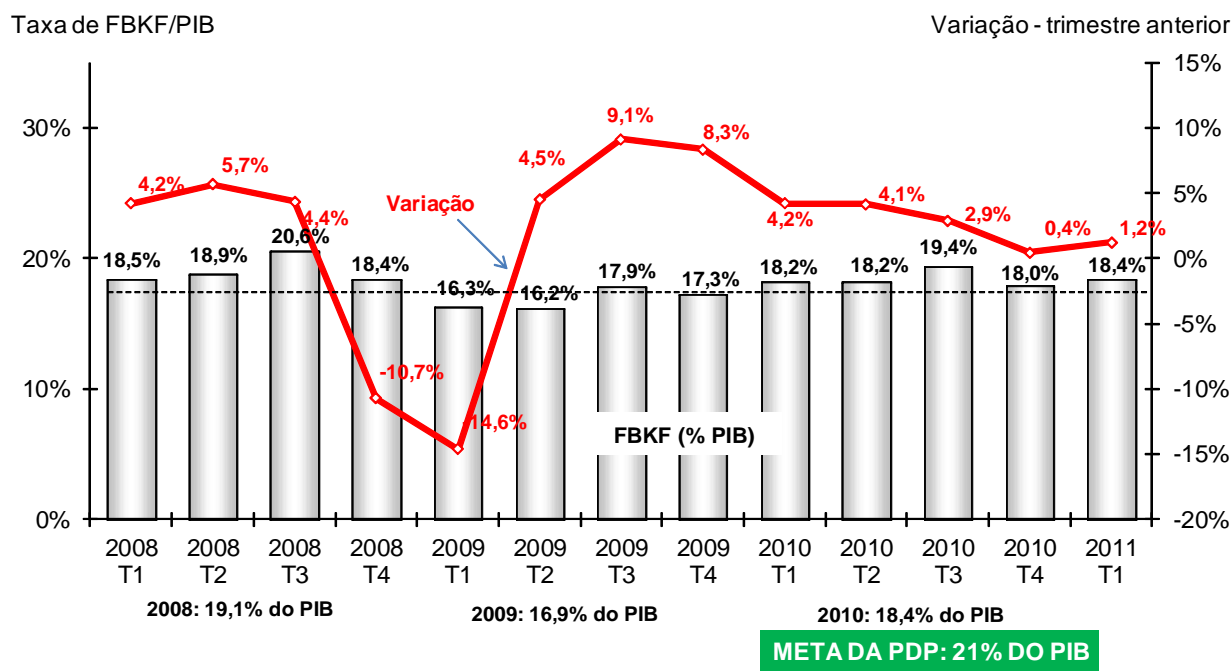
Fonte: PIA/IBGE; Indicadores FIESP/SERASA. Elaboração DECOMTEC/FIESP.

O mecanismo de redução do prazo para utilização dos créditos de PIS/COFINS na compra de bens de capital, que pretendia desonerar outros R\$ 6,0 bilhões, acabou sendo pouco aplicado, na medida em que as empresas reduziram significativamente seus investimentos em 2009 e pouco aumentaram em 2010. A renúncia efetiva do Governo, calculada com base no custo financeiro do investimento em máquinas e equipamentos (SCN/IBGE), foi de R\$ 1,9 bilhão entre julho de 2008 e o final de 2010 – menos de um terço, portanto, do que se esperava.

Em síntese, a crise financeira e, posteriormente, o agravamento da tendência de valorização cambial e aumento de taxa de juros afetaram profundamente a competitividade da indústria nacional, no mercado internacional, e, crescentemente, também no mercado interno. Isto se expressou em crescimento das vendas da indústria manufatureira aquém do crescimento do consumo, amplo crescimento da penetração de produtos importados no mercado doméstico e deterioração das exportações. Nesse contexto, a realização de inversões ficou bastante desestimulada, a despeito dos instrumentos para fomento do investimento criados pela PDP, que, portanto, se mostraram pouco efetivos.

Refletindo as condições expostas, a taxa de investimento fixo do total da economia, que havia atingido 19,1% do PIB em 2008, fechou 2010 em 18,4%, ficando abaixo da meta de 21% estabelecida na PDP (Gráfico 3).

**Gráfico 3. Evolução da Taxa de Investimento (FBCF/PIB)**



## 2.2. Elevação dos Gastos Privados em P&D ⇒ NÃO ATINGIDA

Outra meta da PDP foi a elevação do dispêndio privado em P&D para 0,65% do PIB até 2010. Em 2005, ano base da formulação da PDP, esse percentual correspondia a 0,54%.

Intencionava-se com essa medida garantir que o governo e a iniciativa privada unissem esforços para aumentar o conteúdo tecnológico das cadeias produtivas, tornando-as mais competitivas. Também se pretendia aproximar nosso padrão de investimento do verificado nos países desenvolvidos (OCDE), onde a taxa média de P&D privado como percentagem do PIB foi de 1,63% em 2008.

Projeções do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, e da Pesquisa FIESP de Intenção de Investimentos apontam que a meta estipulada na PDP não foi atingida. Segundo Pesquisa da FIESP, o gasto privado em P&D deve representar 0,40% do PIB em 2010, distante 0,25 pontos percentuais da meta estipulada. A Tabela 3 e o Gráfico 4 detalham essas informações.

**Tabela 3. Meta de Investimento Privado em P&D**  
*Meta de Investimento Privado em P&D*

	2005	2008	2009	2010
	Realizado	Meta da PDP (em maio de 2008)		
PIB (R\$ bilhões)	2.147	2.846	2.988	3.137
P&D Privado (R\$ bilhões)	11,6	15,7	17,9	20,4
P&D Privado / PIB (%)	0,54	0,55	0,60	0,65
	Realizado			Expectativa**
PIB (R\$ bilhões)		3.032	3.185	3.675
P&D Privado (R\$ bi)*		17,6	11,6	14,8
P&D Privado / PIB (%)		0,58	0,36	0,40

(\*) Considera-se que o setor de serviços mantenha constante a participação do investimento em P&D do setor de serviços de 2008 (29,8%, conforme dados da PINTEC/IBGE), em 2009 e 2010.

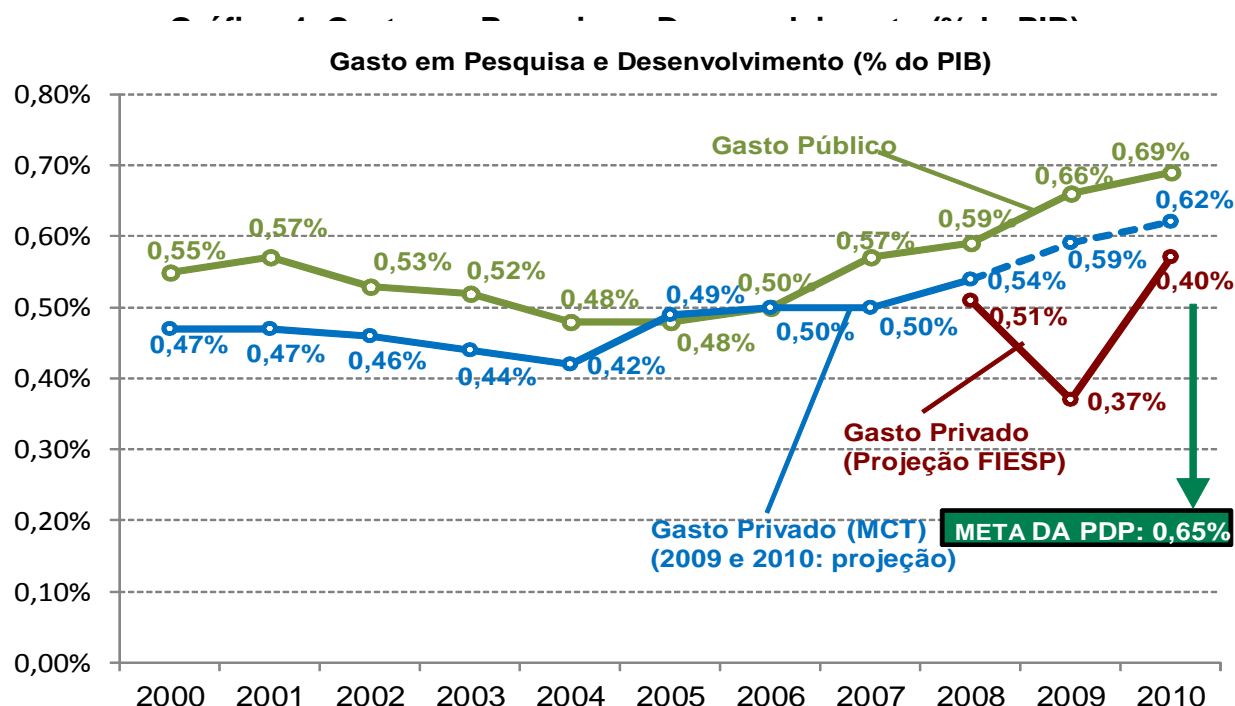
(\*\*) para P&D Privado e participação deste no PIB

Fontes: Avaliação da PDP - Decotec/FIESP, PINTEC/IBGE, MCT (realizado em 2008) e SCN/IBGE

Elaboração: Decotec/FIESP

Como pode ser observado, essa meta não foi cumprida, a despeito da rápida recuperação da economia e dos instrumentos de incentivo criados, como a Lei de Inovação (2004), a Lei do Bem (2005), os recursos de subvenção econômica, as linhas de financiamento da FINEP e do BNDES, e os fundos setoriais, que sem dúvida representaram avanços, contudo necessitam de importantes aprimoramentos.





### Aspectos relevantes para aumento do investimento privado em P&D no Brasil

Quando feita a avaliação dos instrumentos para investimento em P&D, os números indicam um crescimento relativamente elevado no período entre 2006 e 2009: a renúncia fiscal prevista no capítulo 3 da Lei do Bem cresceu 72% ao ano; os desembolsos do BNDES para inovação somaram R\$ 3,2 bilhões e apresentaram uma taxa de crescimento de 90% a.a.; e os desembolsos da FINEP<sup>3</sup> para financiamento reembolsável à inovação nas empresas somaram R\$ 3,9 bilhões, com crescimento 23% a.a.

Apesar dessa elevação, os incentivos fiscais à inovação tecnológica, hoje restritos às empresas que recolhem imposto de renda (IRPJ) no regime de lucro real, atingiram apenas 1,3% das empresas do País com mais de 30 funcionários (PIA 2008); e o crédito reembolsável à inovação está concentrado nas empresas de grande porte, que receberam aproximadamente 80% dos recursos disponibilizados nos últimos anos tanto pela FINEP, quanto pelo BNDES. Ademais, o número de projetos ainda é

<sup>3</sup> Esses valores consideram apenas as operações de financiamento reembolsáveis e dispostas na página nº 92 do Relatório de Gestão 2009 da FINEP.

muito reduzido: em 2009, a FINEP apoiou 74 projetos do setor produtivo e o BNDES 72 projetos.

Não por acaso, a PINTEC/IBGE identificou que a maioria das empresas brasileiras é dependente de recursos próprios para investir em P&D: em 2008, 88% do total investido em P&D pela indústria de transformação tiveram como origem os recursos próprios. A ausência de compartilhamento de risco entre Estado e empresas, somada a outros elementos - como a maior taxa de juros do mundo (juros reais de quase 7%), elevada carga tributária (34% do PIB), excesso de burocracia, escassez de mão-de-obra qualificada e insegurança jurídica nos instrumentos de apoio à inovação - são os maiores obstáculos a serem enfrentados no sentido de alçar o Brasil entre os países que verdadeiramente reconhecem a inovação como um fator chave para o crescimento econômico e competitivo de longo prazo.

Até mesmo nos países que hoje estão no topo do ranking mundial de inovação, o apoio governamental continua sendo um dos pontos fortes no sentido de estimular P&D e inovações tecnológicas. Em 2008, o apoio do governo brasileiro na forma de subvenção e incentivos fiscais para P&D chegou a 0,18% do PIB; no entanto, quando se exclui o viés setorial desse número, ou seja, se exclui o incentivo fiscal da Lei de Informática, tem-se um apoio governamental de 0,07% do PIB (0,05% correspondente ao incentivo fiscal da Lei do Bem e 0,02% às subvenções). Para o mesmo ano, esse indicador correspondeu a 0,34% na Coreia, 0,24% no Canadá, e 0,23% tanto nos Estados Unidos quanto na França.<sup>4</sup>

Apesar do contexto adverso, os programas para P&D e inovação têm um grande espaço para atuação, basta analisar o período entre 2000 e 2008 com dados da PINTEC: o percentual de empresas inovadoras no país subiu de 31,5% para 38,1%, e o investimento total em atividades inovativas aumentou 14% ao ano, em termos absolutos, no mesmo período. Os números do Programa de Subvenção Econômica da FINEP também reforçam esse cenário: considerando a demanda total de projetos e recursos, são aprovados apenas 10% dos projetos e 10% dos recursos demandados, em média.

---

<sup>4</sup> Fonte: OECD Science, Technology, and Industry Outlook 2010.

### 2.3. Ampliação das Exportações⇒**NÃO ATINGIDA**

A PDP estabeleceu que o Brasil deveria atingir participação de 1,25% nas exportações mundiais até 2010, o que equivaleria a US\$ 208,8 bilhões.

Conforme dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as exportações brasileiras atingiram US\$ 201,9 bilhões em 2010, ou seja, aquém da meta de exportações em valor absoluto (Tabela 4). Entretanto, como as exportações mundiais foram muito afetadas pela crise, a meta de exportações brasileiras como participação do comércio mundial foi cumprida.

**Tabela 4. Meta de Exportações da PDP**

	2007	2008	2009	2010
	Realizado	Meta da PDP (em maio de 2008)		
Brasil (US\$ bilhões)	160,6	175,2	191,2	208,8
Mundo (US\$ bilhões)	13.610	14.566	15.589	16.684
Participação do Brasil (%)*	1,18%	1,20%	1,23%	1,25%
	Realizado			
Brasil (US\$ bilhões)		197,9	153,0	201,9
Mundo (US\$ bilhões)		15.850	12.320	14.670
Participação do Brasil (%)*		1,25%	1,24%	1,38%

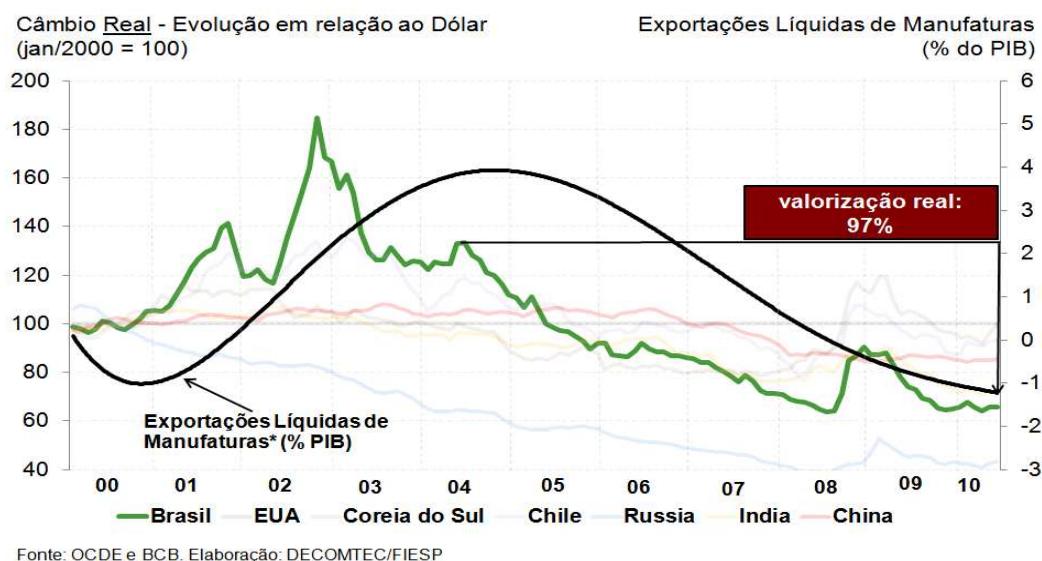
(\*) A participação de 2007 segue os dados do anúncio da PDP (maio de 2008), não correspondendo necessariamente aos valores da SECEX/MDIC e do FMI

Fontes: Avaliação da PDP - Decomtec/FIESP, WEO/FMI, SECEX/MDIC

Elaboração: Decomtec/FIESP

Esse resultado aparentemente satisfatório mascara um aspecto preocupante: o comércio de bens manufaturados passou a apresentar déficits recorrentes, devido à queda nas exportações e ao aumento de importações, que responderam à valorização cambial ocorrida no período (Gráfico 5).

**Gráfico 5. Câmbio e Exportação de Manufaturas do Brasil, 2000/10**



A valorização cambial foi determinante importante de dois processos ocorridos na estrutura das exportações brasileiras no período:

- Em primeiro, uma **“primarização” da pauta de exportação**. Conforme pode ser observado na tabela abaixo, a participação das vendas externas de produtos básicos passou de 32% do total em 2007, para 45% em 2010. Por outro lado, **a perda da competitividade internacional dos produtos manufaturados brasileiros** fez com que a importância desses produtos na pauta de exportação passasse de 52% em 2007 para 39% em 2010;
- Em segundo lugar, observa-se uma **redução absoluta das vendas externas** (-5,2%) desses produtos na comparação de 2007 com 2010 (Tabela 5).

**Tabela 5. Exportações brasileiras – US\$ milhões**

Exportações (US\$ milhões)							
	Exportações Totais	Exportações de Produtos Básicos	Part. no total	Exportações de Produtos Semimanufaturados	Part. no total	Exportações de Produtos Manufaturados	Part. no total
2007	160.649	51.596	32%	21.799	14%	83.942	52%
2008	197.942	73.028	37%	27.073	14%	92.683	47%
2009	152.995	61.957	40%	20.499	13%	67.349	44%
2010	201.915	90.005	45%	28.207	14%	79.563	39%
<b>2010/2007</b>	<b>25,7%</b>	<b>74,4%</b>		<b>29,4%</b>		<b>-5,2%</b>	
Fonte: Secex							

## 2.4. Dinamização das MPEs ⇒ **NÃO ATINGIDA.**

A meta da PDP era que o número de MPEs exportadoras aumentasse em 10% entre 2006 e 2010, passando de 11.792 para 12.971 empresas. Todavia, dados divulgados pela SECEX/MDIC indicam **redução do número de MPEs exportadoras, para 11.120 já em 2008, e para 9.871 em 2009, refletindo em boa medida a dinâmica setorial das exportações.**

Não foi somente o número de MPEs exportadoras que diminuiu. Por exemplo, de 2008 para 2009, o valor total das vendas externas das MPEs também despencou, passando de US\$ 2,31 bilhões para US\$ 1,32 bilhão. O valor médio exportado por sua vez, passou de US\$ 207,7 mil por empresa em 2008, para US\$ 133,5 mil em 2009.

A meta de elevar o número de MPEs exportadoras justificava-se por se acreditar que, quando elas se expõem ao mercado externo, têm maior capacidade de sobrevivência e de crescimento, obtendo, assim, um maior índice de formalização e de inovação, indispensáveis na conquista de mercados. Todavia, o ambiente macroeconômico impediu justamente esse maior engajamento das MPEs no comércio externo.

Apesar da disponibilidade de linhas de crédito para exportação, os juros elevados desses financiamentos, ao lado de um câmbio apreciado, impediram a inserção de mais empresas de micro e pequeno porte no comércio externo.

Outro aspecto que deve ser lembrado é a precária infraestrutura para as exportações, com estradas, portos e aeroportos com qualidade e número insuficiente para atender um aumento expressivo de empresas exportadoras, especialmente, as micro e pequenas.

Embora o MDIC não tenha divulgado o número de MPEs exportadoras de 2010, é muito pouco provável que ele tenha se elevado ao ponto de alcançar a meta estipulada de 12.971 MPEs. Publicações apontam que esse número deve ficar em torno de 10.000 MPEs exportadoras.

## 2.5. Impactos Setoriais

Além das 4 macrometas, a PDP estabeleceu “metas por programas específicos” organizadas em três níveis de políticas, sendo elas:

- a) **Ações Sistêmicas:** focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva;
- b) **Destaques Estratégicos:** temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do País no longo prazo; e,
- c) **Programas Estruturantes para sistemas produtivos:** orientados por objetivos estratégicos tendo por referência a diversidade da estrutura produtiva doméstica.

Os Programas Estruturantes agregaram uma gama de setores que foram classificados dentro de três outros programas:

- Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas;
- Programas para Fortalecer a Competitividade;
- Programas para Consolidar e Expandir Liderança, conforme Quadro 2.

**Quadro 2. Programas estruturantes**

Programas		
Mobilizadores em Áreas Estratégicas	Para Consolidar e Expandir a Liderança	Para Fortalecer a Competitividade
Complexo Industrial da Saúde	Complexo Aeronáutico	Complexo Automotivo
Tecnologias de Informação e Comunicação	Petróleo, Gás Natural e Petroquímica	Bens de Capital
Energia Nuclear	Bioetanol	Eletrônica de Consumo
Complexo Industrial de Defesa	Mineração	Têxtil e Confecções
Nanotecnologia	Siderurgia	Madeira e Móveis
Biotecnologia	Celulose e Papel	Higiene, Perfumaria e Cosméticos
	Carnes	Construção Civil
		Complexo de Serviços
		Indústria Marítima
		Couro, Calçados e Artefatos
		Agroindústrias
		Trigo
		Biodiesel
		Plásticos
		Brinquedos

Fonte: [www.PDP.org.br](http://www.PDP.org.br)

Para cada setor a PDP possuía metas específicas, que não serão avaliadas neste momento. No entanto, é possível, utilizando-se da disponibilidade de estatísticas do IBGE para alguns destes segmentos, observar o comportamento da produção industrial dos mesmos, conforme Tabela 6.

**Tabela 6. Taxa de crescimento anual dos setores, 2008/10**

Mobilizadores em Áreas Estratégicas (setores com indicador)	tx cresc. média anual 2008-2010	Para Consolidar e Expandir a Liderança (setores com indicador)	tx cresc. média anual 2008-2010	Para Fortalecer a Competitividade (setores com indicador)	tx cresc. média anual 2008-2010
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>1,8%</b>	Tubos de Ferro e Aço c/ Costura, Incl. Fundidos	<b>-4,5%</b>	Material Eletrônico e Aparelhos de Comunicação	<b>-12,2%</b>
<b>Indústria Geral</b>	<b>1,8%</b>	Abate de Bovinos e Suínos e Preparação de Carnes	<b>-2,6%</b>	Preparação de Couro e Fabric. de Artefatos, excl. Calçados	<b>-8,4%</b>
Equip. de Inst. Médico-hosp., Óticos e Outros	7,1%	Extração de Minerais Metálicos não-Ferrosos	<b>-1,8%</b>	Produtos da Madeira	<b>-5,0%</b>
Farmacêutica	7,6%	Ferro-Gusa, Ferroligas e Semi-Acabados de Aço	<b>-1,3%</b>	Moagem de Trigo	<b>-4,7%</b>
		Petroquímicos Básicos e Interm. p/ Resinas e Fibras	<b>-1,2%</b>	Calçados	<b>-2,0%</b>
		Álcool	<b>-0,7%</b>	Beneficiamento, Fiação e Tecelagem de Fibras Têxteis Nat.	<b>-2,0%</b>
		Refino de Petróleo	0,2%	Outros Artefatos Têxteis	<b>-1,2%</b>
		Resinas, Elast., Fibras, Fios, Cabos e Filam. Artif. e Sint.	0,3%	Bens de Capital - Excl. Equip. de Transporte Industrial	<b>-1,2%</b>
		Laminados, Relaminados e Trefilados de Aço	0,4%	Peças e Acessórios p/ Veículos Automotores	<b>-0,7%</b>
		Extração de Minérios Ferrosos	1,5%	Artefatos de Perfumaria e Cosméticos, excl. Sabonetes	<b>-0,3%</b>
		<b>Indústria de Transformação</b>	<b>1,8%</b>	Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	0,0%
		<b>Indústria Geral</b>	<b>1,8%</b>	Laminados de Material Plástico	0,4%
		Papel, Papelão Liso e Cartolina, excl. Material de Embalagem	2,1%	Sabões, Sabonetes, Detergentes e Produtos de Limpeza	1,2%
		Abate de Aves e Preparação de Carnes	2,5%	<b>Indústria de Transformação</b>	<b>1,8%</b>
		Celulose e Pasta p/ Fabricação de Papel	3,5%	<b>Indústria Geral</b>	<b>1,8%</b>
		Extração de Petróleo e Gás Natural	3,5%	Embalagens de Material Plástico	2,2%
		Extração de Minerais não-Metálicos	6,8%	Artefatos Diversos de Material Plástico	2,6%
		Construção e Montagem de Aeronaves, Incl. Reparação	21,2%	Construção de Embarcações, Incl. Reparação	2,6%
				Insumos Típicos da Construção Civil, s/ Ajuste	4,4%
				Bens de Capital	4,5%
				Automóveis, Camionetas e Utilitários, Incl. Motores	6,5%
				Cimento e Clínquer	6,8%
				Carrocerias e Reboques	6,8%
				Caminhões e Ônibus, Incl. Motores	10,2%
				Bens de Capital - Equip. de Transporte Industrial	16,3%

Fonte: PIM/IBGE. Elaboração DECOMTEC/FIESP.

Com base nestas estatísticas, nota-se que **alguns setores não puderam apropriar-se das vantagens do crescimento econômico** do país no período analisado, tendo apresentado estagnação ou mesmo decréscimo em seu nível de produção.



Para este fato, há explicações peculiares a cada setor (por exemplo, no caso da produção do álcool, pesou o preço mais favorável para o açúcar no mercado internacional), todavia, de modo geral, é possível identificar que dentre as principais justificativas para o baixo dinamismo da produção estão a **perda da competitividade no mercado interno** para, direta ou indiretamente, o produto importado (como no caso de “material eletrônico e Aparelhos de Comunicação”), tanto como a **perda da competitividade nas exportações**. Esse cenário pode ser explicado, conforme discutido mais detidamente na seção seguinte, pelas questões sistêmicas (Custo Brasil), principalmente no que se refere ao ambiente macroeconômico (câmbio valorizado, elevada taxa de juros), cujos efeitos adversos não puderam ser superados pelos instrumentos da PDP.

### 3. Considerações acerca da PDP

Conforme discutido, **a PDP não foi eficaz**, tendo em conta que **nenhuma das suas quatro macrometas foi cumprida**:

- O **investimento fixo não atingiu os 21% do PIB propostos** (o valor alcançado em 2010 foi de 18,4% do PIB);
- O **investimento privado em P&D não atingiu a taxa de 0,65% do PIB**, como proposto (atingiu apenas 0,40%);
- As **exportações não atingiram o nível de US\$ 208,8 bilhões em 2010** (estima-se que o realizado seja de US\$ 201,9 bilhões). Em termos relativos, a meta de atingir 1,25% do total das exportações globais só foi alcançada porque as exportações do resto do mundo se reduziram;
- Finalmente, além de não ter sido atingida a meta de aumentar em 10% o número de MPEs exportadoras, a análise dos resultados oficiais indica tendência contrária, ou seja, a cada ano, **tem diminuído o número de MPEs exportadoras** (entre 2006 e 2009, estima-se uma redução de 5% ao ano).

Na realidade, uma adequada apreciação dessa Política requer uma perspectiva mais ampla, para além das macrometas. A despeito de introduzir alguns avanços, a PDP se baseou em instrumentos relativamente modestos, e que foram estrangidos por um ambiente macroeconômico bastante adverso, com destaque para a valorização cambial, a elevada taxa de juros e uma elevadíssima carga tributária na atividade industrial. Com efeito, **a despeito da PDP, o processo de desindustrialização em curso na economia brasileira não foi revertido**. Ao contrário, esse processo se agravou desde 2008.

Uma nova política industrial para o Brasil deve incorporar os importantes avanços representados pela PDP, mas é imprescindível que contemple vários outros aspectos. Em primeiro lugar, a Política Macroeconômica não pode ser antagônica à estratégia de desenvolvimento industrial. Por exemplo, as políticas de incentivo ao investimento e ao aumento das exportações são bastante comprometidas quando contrapostas pelas políticas macroeconômicas há muito adotadas no Brasil, particularmente a política monetária.

Tome-se, por exemplo, as medidas de incentivo ao investimento fixo, como sua desoneração e redução do custo do crédito. Estas são necessárias ao desenvolvimento industrial, porém, não são condição suficiente para tanto. Vários fatores, especialmente a política macroeconômica e os efeitos destas, como a elevada taxa Selic e o câmbio apreciado, respectivamente, bem como outros elementos do ambiente sistêmico, comprometem a competitividade da indústria, e, conseqüentemente, o horizonte de crescimento (ou até mesmo manutenção) do nível de atividade das empresas.

Nesse sentido, o argumento de que a indústria tem uma oportunidade para modernização com a taxa de câmbio valorizada em conjunto com medidas de incentivo ao investimento é completamente equivocado. No atual contexto macroeconômico, a tendência que se tem observado é de aumento de importações de produtos para consumo, em detrimento da produção doméstica. **Nesse ambiente amplamente desfavorável à atividade produtiva, salvo exceções em alguns setores, a indústria local não tem motivação para investir.**

Também é importante ter em conta o problema representado por outros elementos do ambiente sistêmico no Brasil. A infraestrutura deficiente implica em altos custos logísticos e de energia. Além disso, se não bastasse a elevada carga tributária, as empresas devem arcar com altos custos para pagá-la, devido à sua complexidade e à burocracia. O custo da mão de obra é pressionado pelos encargos sociais sobre a folha de pagamento, que são altíssimos. Por fim, as empresas ainda arcam com elevados custos sociais, como assistência médica, formação básica da mão de obra, e outros, que deveriam ser financiados pela tributação.

Em função disso, o custo de se produzir no Brasil é bastante elevado em comparação com os nossos competidores, o que repercute em uma baixa competitividade do setor industrial. Portanto, uma política industrial, ainda que não possa eliminar todas essas deficiências competitivas, deve, necessariamente, contribuir para minimizá-las, de forma a propiciar condições mais isonômicas para a produção local na competição com as economias concorrentes.

Também se deve enfrentar o desafio de ampliar significativamente os instrumentos de apoio à P&D e a inovação, criar instrumentos mais arrojados, e fazer com que esses incentivos influenciem as decisões de investimentos do maior número possível de empresas de diferentes setores. Construir e manter um ambiente econômico e

institucional efetivamente favoráveis à ocorrência de inovações também é parte primordial desse processo.

## **4. Propostas de Políticas**

Para que a nova PDP seja bem sucedida, é imprescindível ampliar seu escopo de medidas e introduzir aprimoramentos em seus instrumentos, priorizando-se sua efetiva operacionalização. Ademais, como já ressaltado, é preciso que a política macroeconômica seja compatível com uma estratégia de desenvolvimento econômico, ao invés de contraditória a ela.

Nesse sentido, a FIESP apresenta, de forma resumida, as seguintes propostas:

### **4.1. Ambiente sistêmico**

Política monetária, fiscal e cambial compatíveis com o desenvolvimento econômico e que recobre a isonomia nas condições de competição para a produção nacional.

#### **4.1.1. Dívida pública e juros**

- Priorização dos títulos pré-fixados em substituição aos títulos atrelados à SELIC;
- Extinção de ativos de dívida pública que concedem liquidez diária e alta rentabilidade;
- Alongamento do perfil da dívida, construindo-se um cenário temporal de taxas de juros de longo prazo;
- Utilização de instrumentos alternativos de política monetária (medidas macroprudenciais), sem que haja pressões desnecessárias sobre a taxa de juros;
- Ampliação do Conselho Monetário Nacional, incluindo o setor produtivo;
- Mudança na sistemática de consulta pelo BACEN a “expectativas” do mercado;
- Desindexação de preços nos setores administrados alongando sua periodicidade;

**Conclusões:**

*Esforço fiscal gerado pela eficiência do Estado contribuindo para redução da dívida pública e da carga tributária;*

*Desse conjunto de medidas, obtém-se a principalmente a redução da taxa de juros básica (Selic), realimentando a redução da dívida pública.*

**4.1.2. Oferta e custo do crédito**

- Continuação das reformas microeconômicas voltadas à redução das assimetrias de informação e dos riscos de seleção adversa no mercado de crédito;
- Tratamento tributário mais favorável para aplicações de longo prazo, como a isenção ou substancial redução da taxa de debêntures e demais títulos privados de prazos mais longos, estimulando o desenvolvimento do crédito de longo prazo e do mercado de capitais;
- Ampliação do papel do BNDES no mercado de capitais, garantindo demanda firme no lançamento de títulos de empresas;
- Estímulo à atuação das instituições financeiras como “market makers”, assegurando certa liquidez aos títulos privados no mercado secundário;
- Racionalização dos processos judiciais, com a implementação de leis já aprovadas pelo Congresso (exemplos, Súmula Vinculante e Execução de Títulos Judiciais) e aprovação de um conjunto de propostas hoje em discussão no Congresso Nacional que têm por finalidade reduzir a insegurança jurídica dos credores.

**4.1.3. Câmbio**

- Introdução de novas medidas regulatórias no mercado de câmbio, como:
  - Aumento da alíquota de IOF sobre investimentos em carteira (renda fixa)
  - Intensificação na compra de dólares pelo BACEN no mercado de câmbio futuro (Swap Cambial Reverso)

- Estabelecimento de prazo mínimo para contratos no mercado futuro de câmbio

**Conclusão:**

*As medidas descritas, em conjunto com a redução dos juros básicos (política monetária), deve proporcionar desvalorização da taxa de câmbio.*

#### **4.1.4. Sistema Tributário**

##### **Objetivos gerais para reforma tributária**

- Reduzir a carga tributária e distribuí-la de forma mais equitativa entre os setores de atividade econômica, priorizando a desoneração da produção;
- Simplificar e tornar mais transparente o sistema tributário, reduzindo o número de tributos e a burocratização vigente;
- Fazer prevalecer a isonomia tributária, de forma a não aceitar tratamentos distintos entre regiões, entre empresas que atuam em um mesmo mercado e entre produtos nacionais e importados.

##### **Propostas de melhorias no sistema tributário atual**

###### **a) Simplificação do Processo Tributário**

- Rejeição de qualquer tipo de cumulatividade de impostos, seja horizontal ou vertical, e eliminação de alíquotas calculadas “por dentro”, definindo um conceito básico de valor líquido tributável para servir de base à tributação de qualquer bem ou serviço;
- Unificação dos tributos incidentes sobre o valor adicionado: ICMS, PIS/PASEP, IPI, COFINS e CIDE-Combustíveis;
- Unificação dos tributos sobre a renda: CSLL E IRPJ;
- Redefinição da partilha da arrecadação dos tributos sobre a Renda e do novo Imposto sobre o Valor Adicionado;

- Buscar harmonização das legislações tributárias dos Estados.

b) Justiça Fiscal

- Ampliação do prazo de recolhimento dos impostos e contribuições federais para 60 dias contados a partir do fato gerador, o que pode ocorrer de maneira gradual, com ampliação em 5 dias a cada mês, até se atingir os 60 dias da proposta, em aproximadamente 1 ano;
- Os créditos fiscais federais devem ser passíveis de utilização no pagamento entre tributos e para a contribuição previdenciária das empresas. Criação de um sistema de compensação ágil e desburocratizado para utilização desses créditos;
- Antecipar de 2020 para o presente ano a efetiva implementação da utilização de créditos de ICMS de mercadorias de uso e consumo (Lei Complementar 87/96, artigo 33).

c) Transparência, garantindo à sociedade o direito de saber quanto paga de tributos em cada produto.

d) Isonomia competitiva

- Redução da alíquota interestadual do ICMS para 4%, suficiente para custear a fiscalização e administração fazendária e para minimizar eventuais perdas de alguns Estados;
- Proibição dos incentivos tributários concedidos pelos Estados às importações de produtos;
- Criar mecanismos para coordenar a aplicação da substituição tributária nacionalmente, definindo os setores que estariam sujeitos a esse mecanismo e definindo os critérios para aplicação deste modelo de incidência. As regras devem ser de aplicação nacional para evitar iniciativas de guerra fiscal.

e) Créditos tributários

- Compensação plena, tanto dos tributos federais quanto estaduais oriundos de atividade exportadora e do mercado doméstico, com a garantia de pagamento também dos estoques de créditos já acumulados, em nível federal e estadual.

## **4.2. Política industrial**

### **4.2.1. Aprimoramento institucional**

- Fortalecer papel dos conselhos tripartites do BNDES, FINEP e instituições de coordenação da PDP, para monitorar e avaliar o cumprimento das metas e aplicação das políticas públicas, em especial os índices de conteúdo nacional.

### **4.2.2. Ampliação do Investimento Fixo**

- Reduzir custo de crédito para investimentos:
  - Reduzir Spreads dos Agentes e Taxas do BNDES;
  - Reduzir a TJLP;
  - Tornar permanente o Programa de Sustentação do Investimento – PSI.
- Facilitar o acesso ao crédito para investimento:
  - Reduzir burocracia nas operações de crédito;
  - Ampliar e operacionalizar a utilização dos mecanismos de garantia e seguro de crédito.
- Ampliar a oferta de crédito para o investimento:
  - Estruturar os Bancos Públicos para Operações de Financiamento ao Investimento;
  - Aumentar a Capilaridade do Sistema de Financiamento ao Investimento;



- Aprimorar produtos de crédito disponíveis, como o PROGER, e incluí-lo na PDP;
  - Desenvolver novos produtos, contemplando diferenciações na utilização das linhas de financiamento por porte da empresa, e linhas de financiamento para a gestão e desenvolvimento empresarial para micro, pequenas e médias empresas.
- Desoneração do investimento:
  - Desoneração na aquisição de matérias primas e componentes utilizados na produção nacional de máquinas e equipamentos (Drawback Investimento);
  - Para o adquirente de Bens de Capital nacional, manter a isenção do IPI e instituir apropriação imediata dos créditos de PIS e COFINS;
  - Conceder depreciação integral no próprio ano de aquisição, para máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos novos, edifícios e construções de finalidade industrial.

#### **4.2.3. Desoneração da folha de pagamentos na indústria de transformação e na agroindústria**

- Eliminação da cobrança de 20 pontos percentuais da contribuição previdenciária patronal para o INSS incidente na folha de pagamento das empresas da Indústria de Transformação;
- Eliminação da contribuição de 2,5% destinados à Seguridade Social incidente sobre o valor da receita bruta (proveniente da comercialização da produção) da agroindústria;
- A desoneração dos encargos trabalhistas deve ocorrer imediatamente, e de uma só vez;
- A desoneração não deve ser compensada com aumento de custos para a indústria, seja na forma de tributação sobre lucro nem qualquer outra forma de tributação da atividade industrial, como, por exemplo, aumento de alíquota de PIS/COFINS;

- Da mesma forma, a desoneração dos encargos não deve ser compensada pela recriação de tributo sobre transações financeiras.

#### **4.2.4. Incremento dos Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**

- Criar regras para utilização dos créditos tributários para investimento em P&D;
- Validar os instrumentos da Lei de Inovação, em especial a regulamentação da margem de preferência adicional para produtos manufaturados e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país;
- Criar ambientes de inovação focados nas empresas, com a Difusão e Extensão Tecnológica, por meio de:
  - Aprimoramento do Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC;
  - Bolsas do Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Atividades Estratégicas – RHAE;
  - Formando agentes locais de inovação.
- Aprimorar o financiamento à inovação:
  - Reduzir burocracia nas operações de investimento, simplificando documentos necessários, desenvolvendo mecanismos de garantia para a inovação, e aumentando a capilaridade do sistema de financiamento;
  - Reduzir Juros de Financiamento mantendo as atuais linhas de financiamento em projetos de P&D&I com taxa real de juros igual ou inferior à inflação, da mesma forma que países incentivadores da inovação;
  - Adequar e desenvolver novos produtos de financiamento ao Investimento em P&D&I.
- Ampliar e consolidar instrumentos de subvenção econômica:

- Permitir o uso da subvenção para cobrir qualquer gasto relativo ao desenvolvimento tecnológico da empresa, contemplando, além do custeio, o investimento;
  - Reduzir pela metade os valores de contrapartida mínima exigidos no Programa de Subvenção Econômica da Finep;
  - Aperfeiçoar instrumentos conforme porte das empresas, em especial para as micro, pequenas e médias indústrias;
  - Simplificar e otimizar o instrumento.
- Operacionalizar e aprimorar a Lei nº 11.196/05 (Lei do Bem) e reestruturar incentivos fiscais às MPMEs:
  - Garantir a segurança jurídica desta lei, em especial nas questões relacionadas ao aspecto fiscal, despesas com depreciação e ativos intangíveis, contratação de pesquisadores, e também ao próprio conceito de inovação tecnológica;
  - Estender os incentivos da Lei do Bem às empresas tributadas pelo lucro presumido.
- Consolidar o Sistema Nacional de Inovação
  - Capacitar Recursos Humanos para Inovação;
  - Modernizar a Infraestrutura Básica e de Serviços Tecnológicos – Tecnologia Industrial Básica (TIB)
  - Reforçar a infraestrutura de suporte à propriedade intelectual.

#### **4.2.5. Construção de setores competitivos**

- Readensamento de cadeias industriais
  - Assegurar que o conceito de conteúdo nacional seja utilizado como diretriz de política industrial, garantindo que as políticas públicas tenham efeitos exclusivamente para a indústria nacional e definindo

instrumentos de política que deem isonomia ao produto nacional vis-à-vis o importado;

- Definir e aplicar o conceito de conteúdo nacional tecnológico para ser utilizado como diretriz de política industrial;
  - Utilizar matérias primas produzidas localmente e exportadas como um diferencial competitivo para agregação de valor no país, exportando produtos manufaturados e substituindo importação de produtos elaborados;
  - Compatibilizar regulação/normatização setorial com objetivos de Política Industrial, compatibilizando normas e processos com a promoção da indústria, e estabelecendo instâncias de coordenação entre a política industrial e a ação setorial, por exemplo, a atuação das agências reguladoras.
- Utilização dos mecanismos de compras públicas, conforme previsto em Lei:
    - Regulamentar e aplicar mecanismos legais que preveem a margem de preferência para produtos nacionais nas Compras Governamentais;
    - Para os casos imprescindíveis de aquisição de produtos estrangeiros deve ser obrigatória a transferência de tecnologia.

#### **4.2.6. Redução de tarifas de energia elétrica**

- O vencimento das concessões do setor elétrico representa grande oportunidade para redução das tarifas, por meio de renegociação das mesmas e de seus indexadores;
- Redução de tributos e encargos incidentes na energia elétrica, que são os mais elevados do mundo.